



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA FAZENDA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA E DE RECEITAS EXTRA TRIBUTÁRIAS

DÍVIDAS PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	VALORES EM 31.12.2010
---------------------------------	-----------------------

1. DÍVIDA EXTERNA	R\$ 67.796.144
--------------------------	-----------------------

1.1.- BID - Empréstimo contraído em 13/04/88, prazo de 16 anos, destinado a construção de rodovias alimentadoras, executadas pelo DERGO. Valor de US\$ 98.200.000,00 - prestações semestrais, abril/outubro - Principal de - R\$ 681.352,00. Juros e Encargos de - R\$ 61.322,00 Vencimento em 2013. R\$ 3.406.760,00

1.2.- BIRD / Banco do Brasil - Empréstimo contraído em 16/01/2002, prazo de 120 meses, destinado ao Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária executado pela AGETOP. Valor de US\$ 65.000.000,00 - prestações semestrais fevereiro/agosto – Principal de - R\$ 5.365.573,00. Juros e Encargos de – R\$ 192.353,00. Vencimento em 2016, R\$ 64.389.384,00.

2 - DÍVIDA INTERNA	R\$ 13.585.562.475,00
---------------------------	------------------------------

2.1 - *B. Brasil - DMLP* - Renegociação da União com Bancos Privados Externos em 1994 no valor de US\$ 245,541,807.08 referente as operações contratadas a partir de 1980. Em 30.12.97 o Estado assumiu os contratos da CELG e SANEAGO no valor de US\$135,127,586.30. Pagamento semestral em abril/outubro de R\$ 20.247.974,00. R\$ 307.115.746,00

2.2 - *B. Brasil - Lei 8727/93* - Contrato de refinanciamento das dívidas do Estado com a União, inclusive das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, contraídas até 30/09/91 com prazo de 20 anos, prorrogáveis por mais 10 anos. Foram refinanciados 325 contratos e do saldo existente em julho/93, 68,1% referiam-se a contratos de financiamentos junto à CEF (Saneamento e Habitação), 15,9% BNDES (Rodovias alimentadoras, construção do CEASA e Projeto Rio Formoso), 3,0% BASA (Construção de Armazéns), 5,6% BACEN (CAIXEGO - Reservas monetárias), 6,3% BANCO DO BRASIL\BIB's (obrigações financeiras garantidas pela União junto a Bancos comerciais estrangeiros), 0,8% UNIÃO/BD-GO (Investimentos agro-industriais), 0,3 % UNIÃO/EX-EBTU (investimentos em transporte urbano). Pagamento médio mensal de R\$ 29.123.421,00; limitado a 11% da Receita Líquida Real - RLR, entretanto seu desembolso só é realizado após cumprir as obrigações previstas na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ou seja Dívida Externa, Lei 7976 (DMLP), FGTS e INSS. Cabe ressaltar que parte da prestação mensal não paga, por força do contrato, reintegra o saldo devedor. R\$ 7.326.578.324,00

2.3 - *B. Brasil - Lei 8727/93 - COHAB-GO* - Trata-se de dívidas junto a CEF, assumidas pelo Estado através do B. Brasil, com pagamento médio mensal de R\$ 1.458.833,00 R\$ 101.804.001,00

2.4 - *B. BRASIL – Lei 9496/97* – Refinanciamento das dívidas mobiliárias, contratuais (BNDES/CEF) e PDV, conforme o Programa de Apoio a Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, com prazo de 30 anos, assinado em 25/03/98 com eficácia em outubro/98. Pagamento mensal de 4% da RLR, com desembolso médio mensal de R\$ 19.184.698,00 deduzidas as obrigações previstas no contrato. Desta forma, o desembolso pactuado com a União atinge a 15% da RLR, correspondente a R\$ 90.000.000,00. R\$ 3.916.773.851,00

2.5 - BID/PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados, contratado em 17.09.97, valor US\$ 16.320.000,00 em 186 meses, pagamento semestral de R\$ 1.440.832,00.

R\$ 13.176.789,00

2.6 - CELG/ESTADO DE GOIÁS – Assunção de dívida assumida e registrada em 30/06/2010, através de Instrumento de Novação de Obrigação pactuado entre as partes. A priori, o pagamento deverá ser efetuado em uma única parcela com a liberação do empréstimo feito entre o Estado e a Caixa Econômica Federal, que esta em trâmite (Obs.: Contrato assinado em 02/09/2010, ainda não liberado).

R\$ 1.721.624.539,00

2.7 - PEF I CEF/BNDES – Programa emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal para programas de pavimentação de estradas estaduais e programas aeroportuários. Empréstimo contratado em 21/05/2010, com carência de 12 meses na amortização, com prazo contratual de 108 meses. Valor médio mensal R\$ 1.415.602,00.

R\$ 113.724.000,00

2.7 - PEF II BNDES – Programa emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal para programas de pavimentação de estradas estaduais. Empréstimo contratado em 01/06/2010, no valor total de R\$ 170.586.000,00, com carência de 24 meses na amortização, com prazo contratual de 120 meses. Liberado a primeira parcela, faltando cumprimento de exigências fundiárias para a liberação da complementação do contrato. Valor médio trimestral de juros na carência R\$ 1.486.655,00. R\$ 84.765.225,00

3 – OUTRAS OBRIGAÇÕES INTERNA

R\$ 1.113.340.522,00

3.1 - FGTS/PARCELAMENTO – Débitos parcelados em 180 meses em março/94, correspondente ao período de 1967 a 1991 das obrigações da Administração Direta, Autarquias e Fundações. Outros parcelamentos foram realizados inclusive assumindo débitos de suas empresas. Pagamento médio mensal de R\$ 1.158.064,00.

R\$ 56.745.107,00

3.2 - INSS/PARCELAMENTO – Débitos parcelados em julho/92 em até 240 meses, correspondendo à fase administrativa e judicial dos débitos existentes em 01/09/91 na Administração Direta, Autarquias e Fundações, com vencimento previsto para o ano 2024. Outros parcelamentos foram efetivados pelo Estado, inclusive assumindo débitos de suas empresas. Pagamento mensal de R\$ 8.587.266,00 vinculado ao Fundo de Participação do Estado-FPE comprometendo 6,72%.

R\$ 1.021.807.126,00

3.3 - PASEP/PARCELAMENTO - Dívida da Administração Direta parcelada em 72 meses, do período de 01/87 a 01/94. Pagamento suspenso por força de liminar até o julgamento final do processo de compensação de crédito junto ao Conselho de Contribuinte da SRF.

R\$ 17.849.825,00

3.4 - PASEP/PARCELAMENTO - Fundo de previdência Estadual parcelada em 60 meses, do período de 01/01/2006 a 01/02/2010. Efetuado em 07/06/2010, correção pela Selic. Pagamento mensal R\$ 313.676,00. R\$ 16.938.464,00

3.5 – OUTROS – Existem outras dívidas para com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Receita Federal, principalmente das empresas em liquidação, cujos débitos necessitam de avaliação para parcelamento.

TOTAL

R\$ 14.766.699.141,00